



PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA
Estado do Paraná

Plano Diretor do Município de Medianeira – Revisão e Atualização
Ata nº 003/2006

Aos nove dias do mês de maio de dois mil seis, reuniram-se no Centro Popular de Cultura Arandurá – CPC, às dezesseis horas para a **1º Audiência Pública do Plano Diretor Participativo de Medianeira**, membros da Consultoria contratada, da Equipe Técnica Municipal nomeada pela portaria 118/2006, da Comissão de Acompanhamento nomeada pela portaria 119/2006 e Munícipes que se fizeram presentes e registrados em lista de presença. Zé Roberto na função de protocolo de apresentação deu início a Programação dando boas-vindas aos presentes ressaltando a Administração Municipal, a Equipe Técnica Municipal do Plano Diretor e a Consultoria. Comenta que cabe ao Plano Diretor garantir a função social da cidade no âmbito urbano e rural. Compõe-se a mesa de honra: Carlos Dias Alves – Secretário de Governo e Planejamento Interino, Arq. Carla Ott – Coordenadora da Equipe Técnica Municipal, Arq. Solange Smolarek Dias, Coordenadora da Consultoria e Arq. Hitomi Mukae – Arquiteta que integra a equipe da Consultoria. Zé Roberto comentou sobre a ausência do Prefeito Elias Carrer e do Vice Prefeito Ricardo Endrigo, leu então um convite assinado pelo Governador de Estado, justificando a ausência de ambos na primeira audiência. Na seqüência foram apresentados vídeos onde o Vice Prefeito fala sobre o futuro do Município, que a comunidade vai definir os destinos de nosso município e deixou um abraço a todos, justificando sua ausência por ter assumido compromissos anteriormente com o Governo do Estado. O Prefeito fala sobre a importância da revisão do Plano Diretor, e agradeceu a todos pela participação de cada um com um compromisso tão importante numa audiência como essa. Zé Roberto passa a palavra ao Carlos Dias que deu as boas vindas a todos nesta primeira audiência, comenta que o Município teve seu primeiro plano elaborado em 1992 e atualmente através da conquista de um projeto contemplado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, tivemos a oportunidade de eleger a empresa presente, para direcionar os trabalhos do Plano Diretor, todos estão engajados por uma melhor qualidade de vida para o Município de Medianeira. A Arq. Carla Ott agradeceu a presença de todos e lembrou que foi responsável pela Coordenação e elaboração do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Medianeira, realizado em 1992. O Plano Diretor de 1992 foi elaborado por equipe técnica da Prefeitura, assessorado pela antiga Famepar, que atualmente é denominada de Paraná Cidade e também pela Mineropar S/A que realizou estudos geológicos no município, sendo que todo o Plano Diretor na questão do uso do solo foi baseado nestes estudos. Ela inicia a apresentação com questões conceituais, o que é a cidade, as necessidades da sua população, a proporção da população urbana e rural no Brasil, que atualmente é essencialmente urbana, com mais de 82% da população vivendo em cidades. Observa alguns problemas que as cidades podem ter. A exigência da Constituição Federal de 88 que obriga a elaboração de Plano Diretor para Municípios com mais de 20 mil habitantes e cabe aos Municípios legislar sobre as políticas urbanas segunda suas peculiaridades locais, em especial o uso e ocupação do solo urbano e gerenciar a aplicação dos instrumentos. Observa que Medianeira já em 92 com uma população de aproximadamente 38 mil habitantes foi um dos primeiros municípios neste porte a ter seu plano diretor elaborado e depois implementado. Continua a parte conceitual, falando sobre o Estatuto da Cidade, que complementa os artigos 182 e 183 da Constituição Federal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA
Estado do Paraná

fornece diretrizes básicas e novos instrumentos para que cada município aplique segundo suas necessidades. Observa que esse é justamente o maior motivo da revisão e atualização do Plano Diretor de Medianeira, a utilização dos novos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade pelo Município que deverão ser inseridos na Lei do Plano Diretor. Apresenta 3 conceitos básicos sobre o que é o plano Diretor: um deles que é o instrumento básico que esclarece as políticas adotadas em todas as dimensões do desenvolvimento urbano e rural. Estas dimensões são tanto ambientais, como sociais, econômicas, espaciais. A importância das políticas municipais integradas com as políticas regionais, no caso, o Gerencialmente das Bacias Hidrográficas e também com as políticas estaduais, nacionais e internacionais como a Agenda 21 e o Protocolo de Kyoto. Comenta sobre os limites do urbano e rural. A quantidade de municípios com até cinquenta mil habitantes que existem no Brasil, sendo que dos 5.561 Municípios Brasileiros, somos 5.037 Municípios com até 50 mil habitantes, no entanto, nestes 5.037 Municípios vivem somente 36,78% da população brasileira, o restante, 63,22% vivem em 524 Municípios restantes com a população acima de 50 mil habitantes. Complementa que desde 1940 foram criados 3.973 novos municípios. Enfatiza a importância da Gestão Democrática e participativa como um instrumento democrático. Esclarece que não poderia deixar de mencionar a Agenda 21 um documento consensual aprovado por 178 países e que o capítulo sete da Agenda 21 visa promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. Fala da interdependência urbana e rural e com outros núcleos urbanos, dos impactos ambientais causados pelas cidades e que por este motivo, mudar os rumos do desenvolvimento das cidades é essencial. Cidades menores e maiores são interdependentes e interconectadas. Além disso, enfatiza que é importante diferenciar a ética Ecológica profunda que valoriza todas as formas de vida da ética mecanicista para um trabalho como esse. Em seguida, faz uma retrospectiva do Plano Diretor 1992. Na época o município ainda estava interligado ao atual Município de Serranópolis do Iguaçu e seu formato territorial com o formato da cidade em projeção era a logomarca do Plano. O Plano foi elaborado em 3 fases: 1º etapa foi a coleta de dados, a 2º etapa a fase do diagnóstico e a 3º etapa a fase da instrumentação. A 4º fase foi a implementação propriamente dita. Na época da elaboração, mesmo em 92, houve participação popular através elaboração e distribuição de 15 mil cartilhas explicando a história, evolução da cidade e o que são as Leis que integram o Plano Diretor, distribuídas nas escolas e entidades juntamente com um formulário. O formulário que apresentou questões simples para uma leitura pela população local, solicitou informações sobre as necessidades na casa, na rua, na vizinhança, no bairro e na cidade. Retornaram, dos 15 mil formulários, 4.859 o que representava 32,4% do total e uma estimativa que abrangeu 70% da população, considerando um formulário por família. A participação popular também se deu com apresentações dos dados e diagnósticos da cidade, onde a participação efetiva foi da Acime e reuniões setoriais na fase de instrumentação com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Medianeira. Carla apresenta rapidamente a cartilha que foi elaborada na época e em seguida conclui falando sobre a revisão e atualização do Plano Diretor Participativo de Medianeira em 2006. Desta vez o processo será diferente do realizado em 92. A elaboração será realizada por Consultoria contratada por licitação através do Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA
Estado do Paraná

Cidade, a empresa Smolarek Arquitetura Ltda, assessorada por Equipe técnica do Município e pela Comissão de Acompanhamento representada pelos diversos segmentos da sociedade urbana e rural, nomeadas pelas portarias 118 e 119 deste ano. Para colaborar no processo, o Município já possui desde o início de 2005 a Avaliação Geológica, Geotécnica e do Potencial Mineral para o planejamento territorial e urbano do Município de Medianeira, novamente elaborado pela Mineropar S/A, um importante instrumento para o uso correto do solo, tanto urbano quanto rural. A participação da população será através de três audiências públicas, divulgadas com antecedência e de outras formas de consultas que serão informadas e disponibilizadas no site da Prefeitura, jornais entre outros. A primeira audiência que está acontecendo, no momento, é a apresentação do Plano de trabalho pela Consultoria e informações sobre o processo de elaboração integrada com a população. As informações sobre o Plano Diretor Participativo de Medianeira estarão disponíveis no site do Município de Medianeira: www.medianeira.pr.gov.br e para receber sugestões, a equipe técnica e a consultoria disponibilizam o e-mail: planodiretor@medianeira.pr.gov.br. Carlos Dias deu seqüência aos trabalhos, lendo o Termo de Cessão de Uso e Responsabilidade da base cartográfica disponibilizada pela Copel para elaboração do Plano Diretor e entregando oficialmente para a Arq. Solange que assinou o termo e recebeu a base cartográfica. Solange toma a palavra e agradeceu a todos pela presença. Para o prosseguimento da fala dela comentou sobre o questionário que foi distribuído para ser preenchido e deverá ser entregue até o final do evento para integrar as informações que serão coletadas e darão uma leitura participativa da comunidade. Na seqüência da apresentação da consultoria foi apresentado um vídeo sobre o Município de Medianeira, desde sua fundação, mostrando e ressaltando sua beleza até o desenvolvimento econômico, físico, industrial e social. Este vídeo é um presente da Administração Municipal, um despertar para mostrar as potencialidades do Município que diverge para o melhor, dentro do cenário Paranaense, enfatiza Solange. O processo de planejamento deve ser sempre avaliado, esse processo tem algumas alterações previstas pelo Estatuto das Cidades e, especialmente, porque todos estão num momento próspero e num crescimento constante, de acordo com o Ministério das Cidades e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Nessa primeira audiência pública, todos terão a oportunidade de questionar sobre o Plano Diretor e participar efetivamente com a equipe e cabe aos Municípios a atribuição constitucional e a responsabilidade de exercer o controle sobre o uso e ocupação solo, e criar condições para o desenvolvimento sustentável e mais justo do território que abrange. No Brasil têm-se alimentado altas expectativas de consagrar conquistas sociais mediante mudanças na Lei. Com a mesma freqüência com que se criam, essas expectativas têm sido frustradas, se a elaboração do Plano Diretor não resultar em mudanças efetivas, ou numa reorientação das políticas urbanas locais. Tal fenômeno poderá ser tanto mais provável quanto menor seja a mobilização social em torno do processo de realização e implementação de um Plano Diretor. Assim, há recomendações de caráter aplicativo. Nós não podemos ficar só na intenção, temos que tornar a intenção numa ação, ressalta Solange. O sucesso do plano Diretor vai depender da participação da população nas audiências públicas. A comunidade deve responder três perguntas-chave: 1. Que município temos? 2. Que município desejamos? 3. Que Acordos podemos firmar para alcançar essa situação desejada?



PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA
Estado do Paraná

Os Planos Diretores devem contemplar todo o Município, assim como qual a região que interessa para o município crescer socialmente, fisicamente e como compactuar para que tudo isso traga harmonia. Quais as potencialidades que detém o Município de Medianeira. Como a nível de Plano Diretor, podemos intervir para ajustar essas potencialidades. O Estatuto da Cidade prevê que as respostas a essas perguntas devem estar representadas num conjunto mínimo de diretrizes, comuns a todos os Planos Diretores. Solange colocou sobre a importância de ressaltar a dimensão política do planejamento, reconhecendo-se que há sujeitos e interesses distintos no contexto local. Quais são os interesses da maioria, como engajar todos os interesses e entrar num acordo. "Ler a cidade" é a primeira etapa de elaboração de um Plano Diretor, começará por leituras técnicas e leituras comunitárias. Esta é a etapa de identificar e entender a situação do município – a área urbana e a área rural, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades. A leitura da cidade começará por leituras técnicas e leituras comunitárias, independentes, mas realizadas no mesmo período. A atividade de "Ler a cidade" não é leitura exclusiva de especialistas, e pressupõe olhares diversos sobre uma mesma realidade. As leituras técnicas devem ser enriquecidas pelas leituras participativas. A leitura participativa é aquela que os presentes estão fazendo, para que todos conheçam visões e ações. A leitura técnica ajuda a entender a cidade, pela comparação entre dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infra-estrutura disponíveis, e é feita pela empresa de consultoria, assessorada pela equipe técnica municipal, designada pelo prefeito municipal. Porém, nenhuma leitura é jamais exclusivamente técnica ou das idéias de quem as elabore, pois as avaliações dos problemas, conflitos e potencialidade podem variar conforme os grupos sociais que as elaborem. A leitura participativa, portanto, é ocasião para que todos conheçam visões e modos de pensar diferentes dos seus. O documento que estão preenchendo é a primeira leitura participativa da população e integra o processo de consulta à população. Solange finalizou colocando o espaço à disposição da comunidade, deixando a palavra livre a plenária. Não havendo dúvidas, encerrou agradecendo a todos pela presença. Encerro a presente ata que vai assinada por mim, Maria Jaquelina Steinbach, pela Coordenadora da Equipe Técnica Municipal, Arq. Carla Ott e acompanhada pela Lista de Presença dos que se fizeram presentes na Primeira Audiência Pública para elaboração do Plano Diretor Participativo de Medianeira.